



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Domingo, 01 de novembro de 2009

Juízes resistem às determinações do CNJ

ENTRE AS REGRAS BAIXADAS PELO CONSELHO DE JUSTIÇA QUE TÊM DESAGRADADO ESTÁ A QUE IMPÕE REDUÇÃO DE JUÍZES AUXILIARES NOS TRIBUNAIS

| CAROLINA BRÍGIDO

Agência O Globo

Brasília, DF - Acostumados a ditar as regras, juízes brasileiros têm resistido ao cumprimento de normas baixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. No último ano, foram várias as medidas moralizadoras que provocaram a revolta de representantes da categoria. A face mais comum da rebeldia é expressa pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça – que, nos últimos dois encontros, produziu documentos de repúdio à atuação do conselho.

No texto redigido em São Paulo, após encontro realizado este mês, o colégio manifestou “inconformismo com a atuação do Conselho Nacional de Justiça e de sua Corregedoria Geral, que, ferindo a autonomia dos Estados federados, em especial a auto-organização de sua Justiça, tem adotado procedimentos que comprometem a dignidade do Poder Judiciário e a independência da magistratura”.

Num documento produzido em Porto Velho, em julho, a en-

A decisão do Conselho Nacional é que, em todos os tribunais de Justiça do País, o número de juízes auxiliares ligados às presidências seja reduzido a dois

tidade já seguia a mesma linha, afirmando “sua veemente inconformação com a atuação do Conselho Nacional de Justiça, no que diz respeito à observância do ordenamento jurídico, especialmente quanto à autonomia da Justiça estadual e ao princípio federativo, essência do regime democrático”.

Em agosto, o colégio se indignou com a resolução que limitou em dois o número de juízes auxiliares convocados para atuar na presidência dos tribunais. Para o colegiado, o conselho estaria extrapolando suas funções, pois caberia aos tribunais estabelecer regras internas – como, por exemplo, como e quando um

juiz deve ser convocado para ajudar nas atividades da Corte. Segundo o colégio, o número de juízes auxiliares deve ser estipulado “de acordo com as necessidades específicas de cada tribunal”. Portanto, estipular um número fixo para todo o País seria inviável.

TRANSTORNO

A redução do número de juízes auxiliares trará transtornos à rotina do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. É o que argumenta o presidente do TJ, desembargador Luiz Zveiter, que enviou ofício no dia 17 de setembro ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pedindo a revisão da decisão em relação ao Estado. Atuando junto às dez diretorias gerais e à 3ª vice-presidência, os juízes auxiliares, na prática, funcionam como administradores de uma estrutura equivalente a uma cidade: são 399 fóruns, onde atuam 15.208 servidores.

Eles ajudam na rotina do tribunal, em funções que variam de fiscalização da obra em uma das lâminas do TJ à supervisão da compra de material e serviço, passando pela análise de processos de pagamento de

Página A10



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Domingo, 01 de novembro de 2009

Conselho quer extinção de assessorias

Desde maio que o Conselho de Segurança sugeriu a extinção das assessorias militares. Na semana passada, o secretário-chefe do Gabinete Militar, coronel Ronaldo dos Santos, apresentou uma proposta alternativa, para evitar a extinção das assessorias: acabar com as da Procuradoria Geral do Estado e Prefeitura da capital e reduzir as outras assessorias em 50%. O conselho discute o assunto, provavelmente, na próxima terça-feira.

“O Conselho sugeriu que fosse reduzido o gabinete militar do governador e do vice em 60 homens. Mas, como não havia clareza, esta proposta não estava detalhada”, explicou Ronaldo dos Santos. Ex-comandante da PM, o coronel defende o fim de funções burocráticas, como abrir e fechar portas ou atendimento de telefones, feitas por policiais.

“Na minha opinião, qualquer enxugamento é interessante. Aqui em nosso gabinete ter-

ceirizamos funções de recepção”, explicou. “O modelo da PM é tradicional e isso não é de Alagoas. Desde 1972 quando entrei na PM existia a função de barbeiro e tinha quadro disso na corporação. A PM precisa acompanhar a evolução dos tempos”, afirmou.

O JORNAL tentou, mas não conseguiu, falar com o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Dalmo Sena. No dia 23 de outubro, a reportagem mostrou que 171 policiais faziam a função de cozinheiros da polícia. “Esses PMs poderiam estar nas ruas, fazendo a função fim: o combate ao crime”, disse o chefe do departamento de apoio logístico da polícia, tenente-coronel Francisco de Assis Macedo.

“O governador tem sensibilidade, mas sofre pressões políticas porque existem visões diferentes”, disse a vice-presidente do Conselho Estadual de Segurança, Claudia Amaral. Ela disse

que desde maio existe uma recomendação do conselho para extinguir as assessorias militares. Admite que o governador pode discutir alterações nesta sugestão do conselho, mas explicou que a proposta apresentada pelo secretário-chefe do Gabinete Militar já havia sido discutida anteriormente e rejeitada pelo Conselho. “Já é decidido: é a extinção”.

Ouvido por O JORNAL, o corregedor Geral de Justiça, desembargador José Carlos Malta Marques, disse não ser a favor da extinção da assessoria militar do Tribunal de Justiça. “Acredito que cada caso é um caso e os PMs do tribunal trabalham”, disse

“já existe outra coisa: as assessorias militares dão segurança para o funcionamento do Poder Judiciário. O trabalho militar é regulado por lei. Não é uma decisão tão simplória”, explicou o desembargador. (O.R.)

Página A4



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Domingo, 01 de novembro de 2009



Desembargador Malta Marques diz que assessorias dão segurança para o funcionamento do Judiciário

Página A4